

# As eleições palestinas

Franklin Goldgrub

Um "E agora?" proferido em coro ecoou em todas as esquinas, lares e bares, corredores do poder, recintos universitários e redações de jornais, acompanhado por manifestações de surpresa, já que as previsões davam como certa a vitória do Fatah nas primeiras eleições palestinas celebradas desde a morte de Arafat (2004).

As reações, tanto no ocidente como no mundo islâmico, não se fizeram esperar.

A esquerda israelense, previsivelmente, responsabilizou Sharon. Tanto pela intransigência como devido à retirada unilateral de Gaza, que teria prestigiado o Hamas aos olhos da "rua" palestina. Este último comentário também foi proferido pela direita, mais um paradoxo entre tantos que a vida política israelense produz constantemente.

A coincidência cessa quando se consideram os motivos. A esquerda apoiou a retirada mas criticou o caráter unilateral da decisão de Sharon, que teria fragilizado Abbas, enquanto a direita está de pleno acordo com a afirmação de que não há interlocutores do lado palestino, mas se opõe ao desmantelamento de assentamentos.

Para além das imputações de responsabilidade, o governo israelense manifestou-se oficialmente contra quaisquer negociações com o partido triunfante (posição do primeiro-ministro em exercício Ehud Olmert), mas simultaneamente (através de Shimon Peres, futuro ministro do Kadima), deixa entrever que a renúncia do Hamas à violência pode abrir caminho para o diálogo.

As autoridades do governo palestino, como seria de se esperar, atribuíram a derrota nas urnas a Israel, que teria negado respaldo ao Fatah.

O mundo árabe divide-se entre o regozijo (Irã, Síria) e recomendações para que o Hamas exiba uma postura moderada, com o intuito de evitar reações hostis por parte do Ocidente e do próprio partido derrotado. Analistas mais sutis sugerem que pode acontecer com o Hamas um processo semelhante ao que levou governos de direita ou centro direita em Israel a adotar posições flexíveis. (O exemplo mais citado é o da devolução da Península do Sinai no âmbito de um acordo de paz com o Egito [1979], durante o mandato de Menahem Begin, primeiro político não trabalhista a governar o Estado Judeu).

Parte dos comentaristas atribui a derrocada do Fatah à corrupção, à ineficiência e ao caos. Para alguns, esse seria o motivo principal da vitória fundamentalista, enquanto outros consideram o voto de protesto como uma razão secundária. Em contraposição às falhas da administração vigente, o Hamas sempre se destacou por ter oferecido à população palestina uma alternativa. Fundado como entidade assistencial, o movimento ainda mantém esse caráter. Pode-se mesmo perguntar se a sua popularidade não se deve mais à bem organizada rede de atendimento médico, educacional e de amparo à população carente do que à militância terrorista.

O Movimento de Resistência Islâmica (cujas iniciais formam o acrônimo "Hamas", palavra que significaria "zelo" e/ou "coragem") descende diretamente de Al-Mujama al-Islamyia (Associação Islâmica), registrada oficialmente no final dos anos setenta de pleno acordo com a legislação israelense. A associação fundada pelo Sheik Ahmed Yassin dedicou-se inicialmente a preencher as graves carências da sociedade palestina. A princípio teve o apoio de Israel (e também, suspeita-se, o financiamento). As razões do que hoje se afigura como um gesto inusitado são facilmente compreensíveis. Não diferem das que levaram os Estados Unidos a respaldar a guerrilha fundamentalista liderada por certo Osama Bin Laden contra a invasão soviética do Afeganistão (1979).

Naqueles que viriam a ser os últimos anos da guerra fria o ocidente entendeu que o islamismo poderia ser um aliado de peso contra os militares que a partir da destituição do Rei Faruk pelo coronel Nasser (1952), e em ritmo acelerado nas décadas seguintes, substituíram a aristocracia decadente pró-ocidental que governava as nações árabes.

O nacionalismo foi um dos pilares da ideologia terceiro-mundista, carta forte da estratégia soviética durante a guerra fria. Estimuladas pelo Kremlin, no âmbito da disputa por áreas de influência que se seguiu à segunda guerra mundial, em que o valor econômico e estratégico do petróleo se sobrepôs ao de qualquer outra matéria prima, as forças armadas de vários países do Crescente adotaram o socialismo como bandeira ideológica.

Certamente não em virtude do ideal da justiça social, mas enquanto insumo essencial do discurso anti-colonialista e anti-ocidental. O islamismo pareceu então às potências ocidentais o único recurso interno das sociedades árabes capaz de contrabalançar esse processo.

Na interpretação dos países industrializados, o êxito da aristocracia saudita e dos emiratos do Golfo Pérsico em resistir aos golpes militares pró-soviéticos explicava-se principalmente pela religiosidade, vital para uma sociedade organizada em estamentos.

As circunstâncias mudaram abruptamente com a tomada do poder pelos aiatolás iranianos em 1979. A grave crise desencadeada pela ocupação da

Embaixada Americana em Teerã nesse mesmo ano levou a uma reviravolta da política norte-americana na região. Desta vez, foi a um certo Saddam Hussein, previamente guindado ao poder com seu beneplácito, que Washington delegou a desestabilização do primeiro regime diretamente alicerçado no credo muçulmano. A guerra entre Iraque e Irã, iniciada em 1980, durou oito anos, custou um milhão de vidas e consagrou Khomeini como líder supremo da república xiita.

O estabelecimento do primeiro estado fundamentalista islâmico ocasionou uma mudança crucial no conflito árabe-israelense. Uma vez consolidado internamente, o regime dos aiatolás tornou-se o paladino da rejeição ao ocidente, fundada em imperativos religiosos articulados com posições políticas inflexíveis.

O marco inicial do expansionismo iraniano foi a criação do Hezbollah (Partido de Deus) a partir de uma pequena força enviada ao Líbano em 1982, mesmo ano em que Israel ocupou o sul do país para impedir bombardeios e incursões por parte de milícias palestinas. Foi esse também o momento inicial da aliança entre Irã e Síria, marcada por profundas desavenças, mas finalmente cimentada pelo interesse em combater o inimigo comum.

Atribui-se ao Hezbollah a retirada definitiva do exército israelense (2000), embora o acordo final tenha incluído o estabelecimento de uma força internacional de monitoramento (os capacetes azuis da ONU), que reduziu significativamente as tensões na fronteira, apesar de alguns incidentes graves.

O Irã tornou-se o grande patrocinador dessa nova e mais pujante forma de nacionalismo, o fundamentalismo islâmico, que relegou a segundo plano os regimes militares, cujo auge coincidira com a efêmera união entre o Egito e a Síria (República Árabe Unida, 1957-1961) e que alcançou alguma sobrevida a partir da emergência do Baath (Partido Árabe Socialista). O Baath chegou ao poder quase simultaneamente no Iraque e na Síria (1963), e se mantém neste último país, enquanto no Iraque, enquanto representante da hegemonia sunita, sofreu o mesmo destino de Saddam Hussein.

Coube a um país não árabe levar até as últimas conseqüências a aplicação dos preceitos do Corão à política.

Sob os auspícios de Teerã, a Al Mujama al-Islamyá tornou-se Hamas. Os respectivos estatutos estipularam como objetivo a destruição do Estado de Israel e a criação de uma república islâmica cuja soberania deveria estender-se do Jordão ao Mediterrâneo. A metamorfose deu-se em 1988, dez anos após a fundação da entidade dedicada até então à ação social.

A história do Hamas é marcada por inflexões. A sua origem remonta à implantação da Irmandade Muçulmana na Faixa de Gaza. A Irmandade

Muçulmana fôra criada no Egito em 1928 e viria a ser algo como a "Internacional Socialista' do Islam, provendo os fundamentos para a articulação entre religião e política. A finalidade era ambiciosa: destituir a aristocracia pró-ocidental árabe e substituí-la por governos teocráticos.

O enraizamento da Irmandade na Faixa de Gaza deu-se em silêncio, de 1967 até 1976, data em que é fundada a Associação Islâmica (Al-Mujama Al-Islamiya), consagrada a fins beneficentes. No final dos anos 70, em simultaneidade com a ascensão dos aiatolás em Teerã, a Caridade Islâmica ganha cunho político e adquire contornos militares. Prepara-se então para a luta armada, considerada inevitável e efetivamente concretizada em 1987, quando eclode a primeira Intifada, que coincide com a renomeação da Associação, consagrada doravante à Jihad (guerra santa).

Estima-se que desde 1993, quando iniciou suas atividades terroristas, precedidas por assassinatos de palestinos considerados colaboradores de Israel, criminosos e transgressores religiosos, o Hamas tenha causado a morte de cerca de 270 israelenses e ferido outros dois mil.

\*\*\*

A pergunta pelo significado da vitória eleitoral do Hamas pode ser respondida a partir de dois ângulos diferentes.

Em relação ao terrorismo, e *a curto prazo*, dificilmente a situação poderia tornar-se mais tensa, visto que o Fatah, com Arafat ou Abbas, jamais coibiu as milícias terroristas quer em Gaza quer na margem ocidental.

Talvez as pressões internacionais obriguem o Hamas a exercer um controle mais estrito, para contrabalançar a imagem de caos pré-existente. A outra alternativa é que a atividade terrorista prossiga inalterada, a pretexto de que o novo governo tampouco tem meios ou razões suficientes para impedi-la. Provavelmente a liderança se dividirá em relação à estratégia a ser adotada, dando lugar ao conhecido embate entre "radicais" e "moderados".

*A médio prazo*, o Hamas pode nutrir seu arsenal e sofisticar as armas à disposição das Brigadas Izzedin al-Din al-Qassam e/ou da Autoridade Palestina, bem como intensificar a doutrinação das forças de segurança, dos educadores e da mídia. O discurso monolítico serviria para intimidar a oposição interna e, como é de praxe, canalizar a insatisfação popular na direção do inimigo israelense.

O modelo já foi testado com êxito pelo Hezbollah no sul do Líbano. Tal como o Hezbollah, o Hamas recebe suas instruções do regime de Damasco (ainda que intermediadas pelo líder do movimento, Khaled Meshaal). Tanto o Hezbollah

xiita (financiado pelo Irã) como o Hamas sunita (financiado pelos países produtores de petróleo do Oriente Médio, incluindo o próprio Irã) são movimentos religiosos, mas as circunstâncias fazem com que ambos aceitem subordinar-se a um regime militar laico (alauita), que controla em seu próprio interesse as ações das milícias terroristas.

Se do ponto de vista bélico não há porque esperar mudanças significativas, pelo menos a curto prazo, as eleições palestinas parecem demonstrar que o palco político das nações árabes só pode ser ocupado por dois protagonistas, um laico, cuja fonte de poder reside nos quartéis, e outro religioso, enraizado nas madrassas (escolas religiosas) e mesquitas. Ambos armados.

A casta militar, em países como Síria, Egito, Iraque (sob Saddam) e Líbia, tem oferecido atualmente a imagem de personalismo e descaso para com os valores espirituais. Em contraposição, a realeza saudita e os emires do Golfo governam em aliança com o clero.

A guerra entre Irã e Iraque e a invasão do Kuwait pelo Iraque não são alheios a esse estado de coisas.

Nas últimas eleições, a superioridade moral do Hamas parece ter sido decisiva. Uma das peculiaridades da situação palestina reside em que, ao contrário do que acontece habitualmente nos países árabes, a facção vencedora terá dificuldades para perpetuar-se no poder mediante o procedimento habitual de eliminar toda e qualquer forma de oposição. Assim como Abbas não conseguiu adiar as eleições para um momento mais propício, tudo leva a crer que a pressão internacional colocará limites às prerrogativas habitualmente concedidas aos vitoriosos.

As cidades da margem ocidental e Gaza funcionarão como um laboratório para estudar as relações entre os ramos laico e religioso do nacionalismo árabe, sobretudo em relação à sua convivência política. A relativa calma que prevaleceu durante as eleições talvez se explique pelas pesquisas forjadas que davam por certa a vitória do Fatah, bem como em virtude da garantia de que não haveria fraude. Provavelmente o resultado surpreendeu a todos. Agora será posta a prova a possibilidade de que situação e oposição se relacionem de acordo com regras mutuamente acordadas, numa cultura política em que ao vencedor sempre coube muito mais do que a parte do leão.

Se isso efetivamente acontecer, as repercussões sobre as relações com Israel serão significativas. A divisão do poder e a alternância em seu exercício efetivamente preparariam o caminho para a aceitação da existência do estado judeu. Por enquanto não há como deixar de constatar que a estrutura social e política das sociedades árabe-muçulmanas expressa uma concepção medieval segundo a qual o outro, o diferente, quer do ponto de vista étnico ou religioso, é aquele a ser vencido, submetido ou aniquilado.

Não é difícil exemplificar. Basta observar a situação em que se encontram minorias como a cristã e a judaica nas sociedades maometanas, e mesmo a encarnizada hostilidade que opõe entre si as diversas seitas islâmicas.

As perspectivas de paz dependem da possibilidade da convivência entre diferentes. Enquanto isso não se der no interior da própria sociedade palestina, não há como esperar que venha a acontecer nas relações com outras nações e etnias.

Um mínimo de realismo faz pensar que uma mudança desse porte não se encontra no horizonte. Os setores da sociedade árabe da Cisjordânia que têm interesse no desenvolvimento econômico e social, e portanto num verdadeiro acordo de paz, carecem dos meios para influenciar o Fatah e o Hamas, que possuem seus próprios grupos armados e disputam o poder para assegurar a hegemonia de seus patrocinadores.

A situação do Líbano é paradigmática. O país dos cedros, que além de Israel constituía a única democracia do Oriente Médio, perdeu sua soberania em virtude da aliança entre as vertentes militarista e teocrática do mundo muçulmano (Síria e Irã), que suspenderam e quase extinguíram a vida política do país, amplamente dependente dos árabes cristãos.

Similarmente, os progressos econômicos derivados dos intercâmbios com Israel após a guerra dos seis dias possibilitaram uma melhoria acentuada da qualidade de vida da população árabe da Cisjordânia, processo abortado pela instalação da OLP nos territórios (1993).

A aliança tácita entre as facções laica (Fatah, Frentes de Libertação) e fundamentalista (Hamas, Jihad) promoveu a "libanização" da Cisjordânia e de Gaza. Assim como no Líbano, as intifadas foram precedidas pela eliminação das lideranças emergentes que se relacionavam com os israelenses ("intrafada"). Não surpreende que os políticos palestinos tenham o cuidado de fazer preceder qualquer manifestação de opinião com mantras anti-sionistas.

Não há, portanto, entre os árabes palestinos, qualquer partido ou grupo político que exerça um papel semelhante ao desempenhado pela esquerda israelense.

Quando for feita a história do conflito árabe-israelense, em futuro próximo ou distante, muitas afirmações tidas atualmente por verdades absolutas serão questionadas ou diretamente arquivadas no escaninho dos mitos.

Certa esquerda, com acesso privilegiado às salas de redação e às colunas assinadas da grande imprensa, tem retratado Israel como um país colonialista, dotado de um projeto expansionista em tudo e por tudo semelhante ao das

grandes potências coloniais europeias que dominaram o mundo entre os séculos XVI e XIX.

Suplementarmente, Sharon foi vestido com a indumentária típica do ditador sul-americano a serviço de Tio Sam.

Israel condensou numa única imagem os dois pecados capitais dos anos sessenta e foi incumbida pela esquerda nostálgica de ressuscitar a década terrível e gloriosa em que a América Latina foi esmagada por ditaduras militares cruéis patrocinadas pelos Estados Unidos, enquanto a Ásia e a África se libertavam do jugo europeu.

A revolução cubana (1958) havia alertado os Estados Unidos para as aceleradas mudanças políticas que ocorriam ao sul do Rio Grande. Na seqüência, os exércitos do continente se uniram para erradicar o que os setores conservadores interpretaram como ameaça comunista. Com raras exceções, a América Latina sucumbiu a tiranias cuja primeira medida era invariavelmente a suspensão dos direitos constitucionais, seguida pela prisão, tortura e assassinato de opositores políticos.

As acusações de genocídio de que Israel foi alvo parecem transposições exatas das matanças sem julgamento perpetradas com requintes de crueldade pelas ditaduras argentina, chilena e brasileira dos anos 70. A imagem de generais como Videla, Pinochet e Geisel, associada a ditadores mais antigos (Stroessner, Somoza, Trujilo), foi projetada sobre Sharon.

Nessa perspectiva, a esquerda considerou a aliança entre Israel e Estados Unidos como a prova cabal de que Israel repetia no Oriente Médio os crimes do colonialismo europeu e do imperialismo norte-americano. Os massacres nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila (Líbano), perpetrados por Elie Hobeika, foram imediatamente atribuídos ao próprio Sharon, que autorizara o líder cristão libanês a perseguir os assassinos do primeiro ministro libanês Bachir Gemayel na região controlada pelo exército israelense.

A ideologização do conflito do Oriente Médio com base na épica terceiro-mundista fez com que a esquerda se aliasse paradoxalmente às ditaduras do Oriente Médio, tão sanguinárias como as que haviam massacrado seus militantes na América Latina, na Ásia e na África.

Mas a caracterização de Israel como país colonialista e imperialista não resiste a uma simples enumeração de fatos.

Israel pediu à Jordânia que não entrasse na guerra de 1967. O Rei Hussein, porém, solidarizou-se com o Egito e a Síria e abriu uma nova frente no oeste, obrigando o exército israelense a deslocar tropas e armamentos do sul (Egito)

e norte (Síria). Não houve um projeto israelense de conquista de Jerusalém e da Cisjordânia, que decorreu das circunstâncias mencionadas.

A devolução do Sinai mostra que até governos israelenses de centro direita estão dispostos a trocar terra por paz. A proposta de Barak em Camp David e Taba (2000), propondo a devolução de praticamente toda a margem ocidental (menos 3%, que seriam compensados territorialmente) e a soberania compartilhada sobre Jerusalém, foi recusada por Arafat a pretexto de que Israel deveria aceitar seis milhões de refugiados palestinos em seu território.

Tanto esse número como a caracterização de "refugiados" dada à população que escapou à invasão militar empreendida em 1948 pelos próprios países árabes, são postos em dúvida por Israel. Por outro lado, não há como deixar de mencionar, em relação a essa questão, os aproximadamente 750 mil judeus que foram expulsos das nações muçulmanas na década de 50, em represália pela criação do Estado de Israel.

As ondas migratórias de judeus europeus que se instalaram entre o Mediterrâneo e o Jordão desde o final do século XIX não têm a menor semelhança com a ocupação bélica mediante a qual se concretizou o projeto colonialista europeu. Não houve conquista armada nem apropriação de matérias primas valiosas ou exploração do trabalho da população nativa. Vastas extensões de terras improdutivas foram compradas por valores extorsivos e transformadas em glebas férteis graças ao trabalho dos emigrantes.

Os assentamentos da margem ocidental do Jordão, impropriamente chamados de colônias, não são sinônimo de roubo ou apropriação forçada. Primeiramente, porque não foram erguidos sobre propriedades confiscadas. Em segundo lugar, porque o armistício de 1948 não definiu a soberania da região, estipulando que a mesma deve ser objeto de negociação entre as partes. E, finalmente, porque a presença de assentamentos judeus não é prejudicial à população local. As negociações podem resultar na integração dos assentamentos ao futuro estado palestino, que em nada seria prejudicado pela minoria judaica. Essa possibilidade seria inclusive benéfica para o entendimento entre os dois povos. (O mesmo poderia ser dito em relação aos assentamentos de Gaza e à sua população de 8 mil pessoas).

A demonização de Sharon corresponde à intenção de deslegitimar Israel. Sharon foi eleito primeiro ministro em dois pleitos consecutivos e se encontrava novamente à frente das pesquisas de opinião quando sofreu o derrame que o mantém em coma. De acordo com a tradição política israelense, enfrentou forte oposição e precisou fazer alianças para governar. Ao contrário de Sharon, cujo poder sempre foi limitado por outros partidos e pelo poder judiciário, o autoritarismo e a ausência de limites são típicos dos regimes vizinhos.

As eleições palestinas são reveladoras acerca da dificuldade norte-americana em entender o mundo muçulmano. As duas forças que disputaram o poder são constituídas por agrupamentos políticos e facções armadas. Ambas estão subordinadas a governos estrangeiros que representam as vertentes teocrática e militarista do Islam, absolutamente refratárias à modernização sócio-econômica e à democratização da vida política.

Para os regimes iraniano e sírio, cujos interesses pouco se diferenciam dos das outras nações muçulmanas do Oriente Médio, o desenvolvimento econômico e suas conseqüências sociais e políticas acarretariam a perda de poder. Israel e Líbano constituem uma séria ameaça para a estabilidade de suas sociedades rigidamente estruturadas. Se não podem ser destruídos, é imprescindível contê-los e isolá-los para impedir que possam exercer influência sobre os povos árabes submetidos a ditaduras implacáveis. A história tem suas ironias, e uma das mais notáveis é a de que no Oriente Médio Israel e Líbano desempenham um papel semelhante ao representado por Cuba na América Latina, entre as décadas de 60 e 80.

A competição entre Hamas e Fatah é superficial, se comparada à profunda afinidade que os une. Os seus líderes sempre se empenharam em evitar que forças políticas interessadas na modificação estrutural da sociedade árabe palestina tenham qualquer possibilidade de comunicar-se com a população e expor os seus projetos.

Contrariando as expectativas ocidentais, as eleições palestinas foram vencidas pelo Hamas. O mais decepcionante, porém, é que uma eventual vitória do Fatah em nada tornaria mais próximas as perspectivas de paz.

[www.franklingoldgrub.com](http://www.franklingoldgrub.com)